

**INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
BRASILEIRA**

CNPJ/ME 82.901.000/0001-27

NIRE 42300004278

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

1. DATA, HORA e LOCAL: Aos 29 dias do mês de abril de 2022, às 15:00 horas, virtualmente, na sede social da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“Companhia” ou “Intelbras”), localizada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, nos termos artigo 4º, §3º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução 481”).

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Editais de convocação publicados no jornal O Valor Econômico, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2022, nas páginas C7, A6 e A19 respectivamente, conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). Ainda, nos termos da Instrução 481, os acionistas puderam exercer o seu direito de voto por meio do envio do boletim de voto à distância, sendo que para fins de quórum, consideram-se presentes os acionistas que: (i) estiveram virtualmente presentes (ou por meio de procurador) a esta Assembleia; ou (ii) exerceram o seu direito de voto por meio do envio do Boletim de Voto à Distância, nos termos da regulamentação aplicável. Instalada a Assembleia na presença de acionistas detentores de ações equivalentes a: **(a) em sede de Assembleia Geral Extraordinária**, 76,9% do capital da Companhia; e **(b) em sede de Assembleia Geral Ordinária**, 76,8% do capital da Companhia, atendido, portanto, o quórum legal para a instalação desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária previsto nos artigos 125 e 135 da Lei das Sociedades por Ações. Virtualmente presentes o Sr. Rafael Boeing, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e o Sr. Otávio Ramos Pereira, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rafael Boeing, o qual foi indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jorge Luiz Savi de Freitas, nos termos do artigo 9º, Parágrafo Quarto, do Estatuto Social da Companhia (“Presidente”), e secretariados Sra. Letícia Mulinari Gnoatton, a qual foi indicada pelo presidente da Assembleia Geral (“Secretária”).

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem do dia: **(a) em sede de Assembleia Geral Extraordinária** **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos moldes propostos pela Administração; **(ii)** a ratificação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021; **(iii)** a rerratificação do montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2021; **(iv)** o cancelamento do plano de incentivo de longo prazo da Companhia; e **(v)** a ratificação da celebração do contrato de compra e venda para a aquisição de participação societária na Renovigi Energia Solar S.A., nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b) em sede de Assembleia Geral Ordinária:** **(i)** examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, e, designar entre os membros desse órgão, aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e **(v)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício de 2022.

5. DELIBERAÇÕES: Dando início aos trabalhos, o Presidente da mesa esclareceu que a presente ata será lavrada na forma de sumário e publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultado pelo artigo 130, §§1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações. Em seguida, os senhores acionistas apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e tomaram as deliberações que seguem, abstendo-se de votar os legalmente impedidos e já contabilizados os votos proferidos por meio de boletim de voto à distância:

5.1. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

5.1.1 Aprovar, por unanimidade dos votos válidos proferidos, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a redação do **Anexo I** da presente ata, para refletir: **(i)** revisão das regras de governança da Companhia aumentando-se os limites financeiros dos contratos e negócios sujeitos à aprovação do Conselho de Administração; **(ii)** a alteração do objeto social da Companhia para inclusão das atividades de: **(a)** indústria, importação, exportação, distribuição, comercialização atacadista e varejista, assim como os serviços de pós-venda de materiais elétricos e automatizadores de portões; **(b)** serviços e atividades técnicas de engenharia; e

(c) serviços de apoio administrativo; (iii) adequação do valor da reserva de investimentos, aumentando o seu limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (iv) a alteração da composição da diretoria, para que o órgão tenha, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Administrativo Financeiro, ficando permitida a cumulação de cargos;

5.1.2 Aprovar, pela unanimidade dos votos válidos proferidos, a ratificação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021;

5.1.3 Aprovar, com 235.424.222 votos favoráveis, 4.529.056 votos contrários e 170.000 abstenções, a rerratificação da remuneração anual global da Administração para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 20.387.869,00 (vinte milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais);

5.1.4 Aprovar, com 240.099.278 votos favoráveis, 21.500 votos contrários e 2.500 abstenções, o cancelamento do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2021;

5.1.5 Aprovar, pela unanimidade dos votos válidos proferidos, após a análise do laudo de avaliação preparado pela a Taticca Auditores e Consultores Ltda., constante do Anexo III da Proposta da Administração ("Laudo de Avaliação"), a ratificação da celebração pela Companhia de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado em 15 de fevereiro de 2022, com Fluxo Solar Participações Ltda., CT Akimoto Participações Societárias Ltda. ("CT"), Grafeno Participações Societárias Ltda., Marzari Solar Participações Societárias Ltda., Akimoto Participações Societárias Ltda., C14 Participações Societárias Ltda. ("C14"), DD Participações Societárias Ltda. (em conjunto, as "Vendedoras"), por meio do qual a Companhia se comprometeu a adquirir das Vendedoras 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Renovigi Energia Solar S.A., nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações, ficando consignado que a ratificação da operação ora aprovada não confere aos acionistas dissidentes da Companhia o direito de recesso previsto no artigo 256, §2º, da Lei das Sociedades por Ações uma vez que o preço médio pago pela aquisição de cada ação não

ultrapassou uma vez e meia o maior dos três valores estabelecidos na alínea "c" do inciso II do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações;

5.2. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

5.2.1 Aprovar, com 239.130.775 votos favoráveis 811.703 abstenções, as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

5.2.2 Aprovar, pela unanimidade dos votos válidos proferidos, a destinação do resultado da Companhia, de acordo com a seguinte disposição:

- (a) R\$18.222.160,10 (dezoito milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e sessenta reais e dez centavos) para a composição da reserva legal, nos termos do Artigo 26, Parágrafo 1º, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) R\$2.714.288,78 (dois milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos) para a composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada;
- (c) R\$85.876.688,27 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos) a título de dividendos mínimos obrigatórios, aos quais são imputados os dividendos e juros sobre capital próprio (líquidos de imposto) declarados e pagos nos termos das reuniões do Conselho de Administração realizadas em 27 de julho de 2021 e em 24 de fevereiro de 2022; e
- (d) o saldo remanescente para composição da reserva de investimentos, nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, nos termos propostos pela administração;

5.2.3 Aprovar, pela unanimidade dos votos válidos proferidos, a fixação da composição do Conselho de Administração em 8 (oito) membros efetivos;

5.2.4 Aprovar, com 236.480.171 votos favoráveis, 3.462.307 votos contrários, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, a contar da presente data:

- (a) **Jorge Luiz Savi de Freitas**, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 14160.1/R SSI/SC, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob nº 098.535.539-53, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;
- (b) **Jane Savi de Freitas**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 6014162389 SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob nº 467.374.720-87, residente e domiciliada na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (c) **Antônio de Freitas Aiquel**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 7.108.481 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob nº 994.457.430-91, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração;
- (d) **Pedro Horn de Freitas**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 3.709.433-5, inscrito no CPF/ME sob nº 007.231.979-89, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração;
- (e) **Lin Xiong**, chinês, casado, gerente de vendas, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros (RNE) nº G081394-V, inscrito no CPF/ME sob nº 236.746.098-19, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração;
- (f) **Gilberto Heinzelmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 2/R 1473214, inscrito no CPF/ME sob nº 625.813.849-

72, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração;

(g) **Yoshio Kawakami**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 10.605.670-0, inscrito no CPF/ME sob nº 837.884.338-68, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração; e

(h) **Mateus Affonso Bandeira**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade nº 703.917.952-3, inscrito no CPF/ME sob nº 572.483.970-91, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88104-800, para o cargo de Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração.

5.2.4.1. A posse dos membros do Conselho de Administração ora eleitos fica condicionada: (i) à apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e (ii) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia, em consonância com o Regulamento do Novo Mercado;

5.2.4.1. Fica consignado que os Srs. **Gilberto Heinzelman**, **Yoshio Kawakami** e **Mateus Affonso Bandeira** cumprem com os requisitos de independência estabelecidos no art. 16, §2º, do Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia, conforme atestado pelos referidos conselheiros previamente à realização desta Assembleia e a manifestação da Administração da Companhia constante na Proposta da Administração referente à presente Assembleia;

5.2.5 Aprovar, com 236.235.925 votos favoráveis, 3.706.553 votos contrários, a remuneração anual global da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, no valor total de até R\$ 25.168.645,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais). O valor acima não inclui os impactos das contribuições previdenciárias a serem suportadas pela Companhia na forma da lei sobre as remunerações fixa e variável. Nos termos do Artigo 18, inciso vii, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá alocar e

individualizar a remuneração de cada um dos membros da administração da Companhia;
e

5.2.6 Consignar que acionistas da Companhia titulares de ações representativas de menos de 2% (dois por cento) do capital votante da Companhia solicitaram a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 162, §2º da Lei das Sociedade por Ações. Tendo em vista, entretanto, que o percentual mínimo necessário para a instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) do capital social, o Conselho Fiscal não foi instalado para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos.

7. ASSINATURAS: Mesa - Presidente: Rafael Boeing; Secretária: Letícia Mulinari Gnoatton. Acionistas - Conforme assinaturas na sequência.

São José, 29 de abril de 2022.

I - Mesa

Rafael Boeing
Presidente

Letícia Mulinari Gnoatton
Secretária

II - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rafael Boeing

(assinaturas continuam na próxima página)

(Continuação da página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, realizada em 29 de abril de 2022)

IV - Acionistas presentes:

Virtualmente presentes

Jorge Luiz Savi de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	Rafael Boeing Presidente Leticia Mulinari Gnoatton Secretária
Jane Savi de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	
Jadna Savi de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	
Janete Savi de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	
Pedro Horn de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	
Joanna Horn de Freitas (p.p. Rafael Boeing)	
Antônio de Freitas Aiquel (p.p. Rafael Boeing)	
Eduardo de Freitas Teixeira (p.p. Rafael Boeing)	
Maria Augusta de Freitas Francalacci (p.p. Rafael Boeing)	
Antonia de Freitas Tonin (p.p. Rafael Boeing)	
Dahua Europe B.V. (p.p. Lin Xiong)	
Rafael Boeing	
Bruno Machado Teixeira	
PARVEST EMERGING MULTI - ASSET INCOME- B. BNP P. BRASIL S/ (p.p. Simon Carvalho Zveiter)	

** Nos termos do artigo 21-V, II e §1º da Instrução 481 considera-se presente à assembleia e assinante da respectiva ata o acionista que tenha registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia nos termos do artigo 21-C, §2º, inciso II da Instrução 481. Ainda conforme, artigo 21-V, §2º da Instrução 481, o registro da presença desses acionistas poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário.*

(assinaturas continuam na próxima página)

(Continuação da página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, realizada em 29 de abril de 2022)

*Presentes em Assembleia Geral Extraordinária por meio do envio de boletim de voto à distância**

ALLURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I	Rafael Boeing Presidente Leticia Mulinari Gnoatton Secretária
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK	
CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND	
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND	
CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. STB BRAZIL STOCK M. F.	
DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V.	
EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND	
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND	
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B	
EQUITAS MASTER AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FI	
EQUITAS PREV MASTER FI AÇÕES	
EQUITAS MASTER SELECTION FI AÇÕES	
EQUITAS PREV XP MASTER FIA	
EQUITAS PREVIDÊNCIA FI MULTIMERCADO	
EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL MASTER FI AÇÕES	
FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES SÃO CONRADO	
GENIPABU FIA	
INTERNATIONAL MONETARY FUND	
ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND	
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY	
ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY	
ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF	
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF	

ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY	
KIRON B PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MÁSTER FIFE	
KIRON INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON MASTER PREV LONG ONLY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON PREVIDENCIA XP FIE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I - LIONTRUST LATIN AMERICA FUND	
NORGES BANK	
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND	
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN	
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING	
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO	
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF	
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC	
SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.	
ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND	
STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS	
STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO	
T ROWE PRICE INT FNDS T. ROWE PRICE L AMER FUN	
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS	
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND	
VANGUARD ESG INTERNATIONAL	
VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II	
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T	
VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER	

VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F	
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF	
VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND	

** Nos termos do artigo 21-V, II e §1º da Instrução 481 considera-se presente à assembleia e assinante da respectiva ata o acionista cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela companhia. Ainda conforme, artigo 21-V, §2º da Instrução 481, o registro da presença desses acionistas poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário*

(Continuação da página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, realizada em 29 de abril de 2022)

*Presentes em Assembleia Geral Ordinária por meio do envio de boletim de voto à distância**

ALLURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I	Rafael Boeing Presidente Letícia Mulinari Gnoatton Secretária
AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK	
CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND	
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND	
CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. STB BRAZIL STOCK M. F.	
EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND	
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND	
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B	
EQUITAS MASTER AÇÕES PREVIDENCIÁRIO FI	
EQUITAS PREV MASTER FI AÇÕES	
EQUITAS MASTER SELECTION FI AÇÕES	
EQUITAS PREV XP MASTER FIA	
EQUITAS PREVIDÊNCIA FI MULTIMERCADO	
EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL MASTER FI AÇÕES	
FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES SÃO CONRADO	
GENIPABU FIA	
INTERNATIONAL MONETARY FUND	
ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND	
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY	
ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY	
ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF	
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF	
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY	

KIRON B PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MÁSTER FIFE	
KIRON INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON MASTER PREV LONG ONLY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
KIRON PREVIDENCIA XP FIE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	
NORGES BANK	
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND	
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN	
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING	
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO	
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF	
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC	
SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.	
ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND	
STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS	
STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO	
T ROWE PRICE INT FNDS T.ROWE PRICE L AMER FUN	
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS	
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND	
VANGUARD ESG INTERNATIONAL	
VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II	
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T	
VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER	
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F	
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF	

VAUGHAN NELSON EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND	
---	--

** Nos termos do artigo 21-V, II e §1º da Instrução 481 considera-se presente à assembleia e assinante da respectiva ata o acionista cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela companhia. Ainda conforme, artigo 21-V, §2º da Instrução 481, o registro da presença desses acionistas poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário..*

Anexo I
INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
BRASILEIRA

CNPJ/MF 82.901.000/0001-27

NIRE 42.300.004.278

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

- DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO -

Artigo 1º - A INTELBRAS S/A - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA (“Companhia”) é sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo Segundo – Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 210, Área Industrial, CEP 88.104-800, podendo abrir, manter, mudar e fechar filiais, agências, depósitos, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) Indústria, importação, exportação, distribuição, comercialização atacadista e varejista, assim como os serviços de pós-venda de:
 - a. aparelhos e equipamentos de telecomunicações suas partes e peças, e materiais elétricos;
 - b. aparelhos e equipamentos de sinalização visual e/ou acústica, sensores movimento, presença, temperatura, aparelhos para proteção contra roubo ou incêndio, suas partes e peças;

- c. aparelhos e dispositivos de controle de acesso, dispositivos de proteção elétrica, controladores, iluminação, fontes de alimentação, baterias, nobreaks, suas partes e peças;
 - d. aparelhos para energia solar, placas geradoras, inversores de energia, medidores de energia, suas partes e peças;
 - e. aparelhos de radiodifusão antenas, conversores de sinal de tv , cabos, suas partes e peças;
 - f. condutores, fibra ótica, suas partes e peças;
 - g. equipamentos de processamento e transmissão de dados, computadores e periféricos, suas partes e peças;
 - h. equipamentos para rede de dados cabos, cordões, conectores, caixas de distribuição, terminações, emendas, perfis, calhas, adaptadores, suas partes e peças;
- (ii) Licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computador;
 - (iii) Processamento, armazenamento e hospedagem de dados, textos, imagens, vídeo, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informações;
 - (iv) Suporte técnico em informática e banco de dados;
 - (v) Instalação e manutenção de equipamentos elétricos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos;
 - (vi) Assistência técnica;
 - (vii) Intermediação de negócios (representação comercial);
 - (viii) Ensino e treinamento técnico profissional;
 - (ix) Participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista, quotista, no país ou no exterior, comprando e vendendo participações societárias;
 - (x) Correspondente bancário no país para prestação de serviços em nome de instituições financeiras, nos termos da Circular Bacen no. 2.978/2000 e Resoluções Bacen 2.953/2002 e 3.110/2003, alterada pela Resolução Bacen 3.156/2003;
 - (xi) Aluguel de bens e imóveis próprios.;
 - (xii) Serviços e atividades técnicas de engenharia; e
 - (xiii) Serviços de apoio administrativo.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

- DO CAPITAL SOCIAL -

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.074.500.000,00 (um bilhão, setenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado e dividido em 327.611.110 (trezentos e vinte e sete milhões seiscentas e onze mil cento e dez) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários designada pela Companhia, em nome de seus titulares, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o Art. 35, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), observando-se os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: **(i)** deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; **(ii)** de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; **(iii)** aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e **(iv)** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º - A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos arts. 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8º - A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

CAPÍTULO III

- DAS ASSEMBLEIAS GERAIS -

Artigo 9º - As Assembleias Gerais da Companhia realizar-se-ão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, nos termos do Art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais e a legislação aplicável exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo Terceiro – Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem o Vice-Presidente indicar. O presidente

da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo, que poderá ser acionista da Companhia ou não.

Parágrafo Quinto – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, **(a)** documento de identidade e **(b)** comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Sexto – Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no Parágrafo Quinto, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 10 - As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 11 - Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado ou especial, nos termos deste Estatuto Social e/ou por força de lei, regulamentação e/ou do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas de acordo com o disposto nos § 1º, § 2º e §3º do Art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 12 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- (ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;
- (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, neste último caso, se instalado;
- (iv) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição do montante global entre o Conselho de Administração e a Diretoria;
- (v) aprovar ou alterar os planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades controladas pela Companhia ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços;
- (vi) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (vii) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, quando formulada pela própria Companhia;
- (viii) escolher empresa especializada responsável pela elaboração do respectivo laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta;
- (ix) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja atribuída pelo Conselho de Administração.

Artigo 13 - O acionista que, diretamente ou por meio de seus representantes, violar ou causar violação, do quanto previsto na lei, na regulamentação ou neste Estatuto Social, poderá ter suspensos seus direitos, inclusive o de voto pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro – Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada neste

Artigo, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo Segundo – Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista ou grupo de acionistas também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos essenciais de que trata o Artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

Parágrafo Quarto - O acionista ou grupo de acionistas de que trata o Parágrafo Segundo acima estará impedido de proferir votos no âmbito da deliberação que versar sobre a suspensão de seus direitos.

CAPÍTULO III **- ADMINISTRAÇÃO -**

Seção I **Normas Gerais**

Artigo 14 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Segundo – O disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 14 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a cumulação de cargos mencionada no Parágrafo Primeiro acima seja devidamente divulgada na forma da regulamentação aplicável e cesse no prazo de até um ano.

Parágrafo Terceiro – Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, bem como os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao

atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Quarto – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo, conforme aplicável.

Parágrafo Quinto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

Parágrafo Sexto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão fazer jus à participação nos lucros nos exercícios sociais em relação aos quais for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório previsto pelo Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e no Artigo 26 deste Estatuto Social.

Parágrafo Sétimo - O termo de posse de que trata o Parágrafo Terceiro acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 35 deste Estatuto Social.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 15 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos e até 10 (dez) suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição, cabendo à Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designar, entre os membros desse órgão, aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição de Conselheiro Independente prevista no Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de haver acionista controlador, também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas no Art. 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Quarto - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

Artigo 16 - Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas, impedimento ou vacância, de acordo com os termos estipulados nos parágrafos deste Artigo 16.

Parágrafo Primeiro – No caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, pelo conselheiro que o substitua.

Parágrafo Segundo – Os conselheiros efetivos serão substituídos, em suas faltas, impedimento ou vacância temporária, pelo membro suplente indicado pelo mesmo acionista que elegeu o membro efetivo impedido, ausente ou vacante temporariamente.

Parágrafo Terceiro - Em caso de vacância permanente do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, por renúncia, morte, ou qualquer outro motivo, a sua substituição será deliberada em Assembleia Geral a ser convocada pelo Conselho de Administração no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de indicação do novo conselheiro, sendo certo que, nesse caso, o membro suplente indicado pelo acionista que elegeu o membro efetivo vacante deverá assumir o cargo vago, temporariamente, até a data da posse do membro substituto a ser eleito pelos acionistas.

Parágrafo Quarto - A vacância de um Conselheiro Independente somente poderá ser suprida por outro Conselheiro Independente.

Artigo 17 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada bimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, por e-mail, com pelo menos 3 dias de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal agenda e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Quarto – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

- (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para votar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;
- (ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou
- (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que valide o seu voto feito em vídeo conferência ou conferência telefônica por escrito via fax, correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quinto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sétimo – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo quarto, alínea “iii” deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica validando o voto enviado por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, conforme o caso, contendo o voto do conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Oitavo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 18 - Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração:

- (i) convocar as Assembleias Gerais da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, e atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;
- (iii) controlar e fiscalizar o desempenho dos Diretores da Companhia e de suas controladas e examinar as contas da respectiva administração sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, podendo para tanto examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos, certidões e registros da Companhia e de suas controladas, e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pelas mesmas;
- (iv) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

- (v) aprovar e alterar o plano de negócios ou o orçamento anual da Companhia e de suas controladas;
- (vi) deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento e a eleição de seus membros;
- (vii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;
- (viii) indicar e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas;
- (ix) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (x) aprovar, aditar ou extinguir programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto;
- (xi) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários; pela Companhia e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso;
- (xii) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;
- (xiii) observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação;
- (xiv) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- (xv) observado o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprovar a celebração, aditamento ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades controladas da Companhia, nas quais a Companhia seja titular, direta ou indiretamente, de 100% (cem por cento) do capital social (b) operações realizadas no curso normal dos negócios da Companhia (tais como, aprovação/pagamento de remuneração dentro do limite já aprovado pelo Conselho de Administração, reembolso de despesas de viagens profissionais/ treinamentos, renovação de transações com partes relacionados já aprovadas pela Companhia), ocasiões em que os contratos ou operações poderão ser aprovados pela Diretoria da Companhia;
- (xvi) aprovar operações que envolvam ou visam à contratação de derivativos;
- (xvii) aprovar a outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias,

e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia, observado a vedação legal à prática de atos de liberalidade, exceto (a) no caso de outorga ou a concessão de garantias (inclusive fiança) pela Companhia ou por suas controladas em contratos de locação celebrados pela Companhia ou pelas controladas da Companhia, assim como seus respectivos aditivos e/ou renovações; ou (b) garantias judiciais ou extrajudiciais necessárias para o regular prosseguimento de ações em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, ocasiões em que a outorga das mencionadas garantias será aprovada pela Diretoria da Companhia;

- (xviii) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a aceitação da referida oferta pública de aquisição de ações, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, devendo abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos seus acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;
- (xix) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão;
- (xx) propor e submeter à aprovação da Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado ou, ainda, o cancelamento do registro de companhia aberta;
- (xxi) aprovar e/ou alterar a política de endividamento da Companhia, incluindo o limite máximo de endividamento;
- (xxii) aquisição, venda, transferência ou qualquer forma de disposição ou oneração de participações societárias pela Companhia, direta ou indiretamente, independentemente do valor envolvido, observado o disposto no Art. 256 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxiii) aprovar investimentos da Companhia em valor superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) num período de 12 (doze) meses, desde que não previstos nos orçamentos anuais da Companhia;
- (xxiv) qualquer contratação de endividamento ou qualquer confissão de dívida a ser realizada quando a relação entre a dívida líquida da Companhia e o EBITDA da Companhia apurado nos últimos 4 (quatro) trimestres revisados pelo auditor independente da Companhia já esteja igual ou superior a 2 (duas)

vezes;

- (xxv) contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) igual ou superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);
- (xxvi) alteração, rescisão, ou celebração de contratos envolvendo valores acima de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), individualmente ou no agregado ao longo de 12 (doze) meses, excetuados os contratos comerciais, inclusive de fornecimento e pedidos de compra feitos no curso normal dos negócios da Companhia, os quais serão aprovados pela Diretoria;
- (xxvii) aprovação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- (xxviii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia (quando em funcionamento), da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam instituídos;
- (xxix) aprovar as políticas de governança corporativa, códigos de conduta e regimentos internos de órgãos da Companhia; e
- (xxx) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

Artigo 19 - O Conselho de Administração poderá criar Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção III

Diretoria

Artigo 20 - A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Administrativo Financeiro, sendo permitida a cumulação de cargos. Se aplicável, os demais Diretores terão as designações a eles conferidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos

até a eleição e posse de seus sucessores. O prazo de gestão dos membros da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância de cargo de Diretor, definitiva ou temporária, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em ambas as hipóteses, o prazo de sua gestão, que não ultrapassará o do substituído.

Artigo 21 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

- (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) observado o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprovar a celebração, aditamento ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas (a) entre a Companhia e sociedades controladas da Companhia, nas quais a Companhia seja titular, direta ou indiretamente, de 100% (cem por cento) do capital social e (b) operações realizadas no curso normal dos negócios da Companhia (tais como, aprovação/pagamento de remuneração dentro do limite já aprovado pelo Conselho de Administração, reembolso de despesas de viagens profissionais/ treinamentos, renovação de transações com partes relacionados já aprovadas pela Companhia);

- (vi) aprovar a outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia, exclusivamente nos seguintes casos (a) outorga ou concessão de garantias (inclusive fiança) pela Companhia ou por suas controladas em contratos de locação celebrados pela Companhia ou pelas controladas da Companhia, assim como seus respectivos aditivos e/ou renovações; ou (b) garantias judiciais ou extrajudiciais necessárias para o regular prosseguimento de ações em que a Companhia ou suas controladas sejam parte;
- (vii) aprovar investimentos da Companhia em valor inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) num período de 12 (doze) meses ou em qualquer valor desde que previsto nos orçamentos anuais da Companhia;
- (viii) alteração, rescisão, ou celebração de contratos (a) envolvendo valores inferiores a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), individualmente ou no agregado ao longo de 12 (doze) meses; e (b) os contratos comerciais, inclusive de fornecimento e pedidos de compra, neste caso "b", independentemente do valor, desde que no curso normal dos negócios da Companhia;
- (ix) qualquer contratação de endividamento ou qualquer confissão de dívida a ser realizada quando a relação entre a dívida líquida da Companhia e o EBITDA da Companhia apurado nos últimos 4 (quatro) trimestres revisados pelo auditor independente da Companhia seja inferior a 2 (duas) vezes;
- (x) contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);
- (xi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e
- (xii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) supervisionar e fazer cumprir o respeito pela missão, visão e pelos valores da Companhia por todos os membros da administração;
- (ii) definir o representante da Companhia em relação a qualquer assunto relevante ou estratégico que, de alguma forma, afete a reputação ou a imagem da

Companhia ou de suas controladas, buscando sempre o melhor interesse da Companhia e de suas controladas na condução destes assuntos, visando à preservação da reputação e dos direitos tangíveis e intangíveis da Companhia e de suas controladas;

- (iii) responder ao Conselho de Administração em relação às atribuições acima descritas e intermediar as relações entre os acionistas, investidores, a Companhia e o Conselho de Administração;
- (iv) preparar o orçamento anual das verbas necessárias para o desempenho de suas funções e seu assessoramento, que será inserido no orçamento anual da Companhia; uma vez aprovado o referido orçamento, caberá ao Diretor Presidente alocá-lo da forma que julgar mais adequado para a defesa dos interesses da Companhia; e
- (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores e mercados de balcão em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulamentação aplicáveis, no Brasil e no exterior;
- (ii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (iii) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (iv) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (v) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Parágrafo Quinto – Adicionalmente às competências previstas em lei, regulamentação específica ou por este Estatuto Social, as competências de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou
- (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou
- (iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá ainda ser representada por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de quaisquer documentos (por exemplo, correspondências) que não crie obrigações para a Companhia;
- (ii) assinatura de quaisquer documentos (incluindo contratos) que crie obrigações para a Companhia até o valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e
- (iii) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação.

Seção IV Conselho Fiscal

Artigo 23 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo, conforme aplicável.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quinto - O termo de posse de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 35 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO V

- DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS -

Artigo 24 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 25 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

Artigo 26 - Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no Artigo anterior, 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até o limite legal aplicável.

Parágrafo Primeiro – Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, ou da reserva de incentivos fiscais, se for o caso, será destinado na seguinte ordem: **(i)** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e **(ii)** os 75% (setenta e cinco por cento) restantes, observado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, poderão ser destinados para a constituição de Reserva de Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é reforçar o capital de giro da Companhia e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas, a qual estará limitada ao montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ou outra destinação determinada pela Assembleia Geral nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A soma do saldo da Reserva Legal e da Reserva de Investimentos não poderá ultrapassar o capital social.

Parágrafo Terceiro – O Conselho de Administração poderá: **(i)** caso considere o montante da Reserva definida no Parágrafo Primeiro deste Artigo suficiente para o atendimento de suas finalidades, declarar e distribuir dividendos intermediários, os quais poderão ser adicionais ou imputados ao dividendo mínimo obrigatório de que trata o Parágrafo Primeiro, sem prejuízo da competência da Assembleia Geral para deliberar sobre a realocação, distribuição ou capitalização do saldo da aludida Reserva; **(ii)** propor a retenção de parcela de lucro com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, observados os demais requisitos legais.

Artigo 27 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

- (i) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, observados os limites legais;
- (iii) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VI

- ALIENAÇÃO DE CONTROLE, SAÍDA DO NOVO MERCADO E AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE -

Artigo 28 - Para fins deste Capítulo VI, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“Controle” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“OPA” significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta, sujeita ou não a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 29 - A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 30 - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de realização, pelo Acionista Controlador ou pela própria Companhia, de oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Parágrafo Primeiro – A OPA de que trata esse Artigo deverá ser sempre realizada a preço justo, a ser calculado na forma da legislação societária e da regulamentação da CVM aplicáveis, e condicionada à aceitação de acionistas que representem, pelo menos, 1/3 (um terço) das ações em circulação, sendo consideradas ações em circulação, para os fins deste Artigo, apenas as Ações em Circulação cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da OPA; não serão consideradas ações em circulação as ações detidas por acionistas que não se habilitarem para o leilão da OPA.

Parágrafo Segundo – A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer independentemente de realização da OPA na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral convocada nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 31 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA com as mesmas características da OPA indicada no Artigo 30.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de não atingimento do percentual mínimo de adesão à OPA compulsória para saída do Novo Mercado, indicado no Parágrafo Primeiro do Artigo 30 deste Estatuto Social, as ações de emissão da Companhia

serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da realização do leilão da OPA, no Novo Mercado.

Artigo 32 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas na regulamentação aplicável, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

- ACORDOS DE ACIONISTAS -

Artigo 33 – A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

CAPÍTULO VIII

- LIQUIDAÇÃO -

Artigo 34 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO IX

- RESOLUÇÃO DE CONFLITOS -

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X
- DISPOSIÇÕES FINAIS -

Artigo 36 – Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes.

Artigo 37 – Observado o disposto no Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado em Assembleia Geral.